

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 21 747/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Outubro de 1999, com a anuência do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo de 29 de Outubro de 1999:

António Colaço, motorista de pesados do quadro do pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — requisitado, ao abrigo do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, para desempenhar funções no Gabinete da Ministra da Igualdade, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Novembro de 1999. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.

Despacho (extracto) n.º 21 748/99 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 22 de Outubro de 1999, por delegação:

Ana Luísa Vian Falcão Cordeiro — nomeada, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, em comissão de serviço, pelo período de um ano e por urgente conveniência de serviço, para exercer o cargo de técnico de apoio do quadro do pessoal do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo — CEGER, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Novembro de 1999. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 977/99. — A revisão do quadro jurídico do sistema de apoios ao tratamento e reinserção social de toxicodependentes, levada a cabo com a publicação do Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março, visa prosseguir o objectivo do Governo de garantir a todos os toxicodependentes condições de acesso a meios de tratamento.

Um dos princípios estruturais do novo sistema de apoios assenta na promoção da garantia da equidade e da eficácia de resposta do sistema de tratamento de toxicodependentes.

Aquele diploma estabelece que os subsistemas de saúde garantem o pagamento ao Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência dos encargos com os seus beneficiários relativamente aos cuidados de saúde prestados no âmbito daquele diploma, o qual será regulado por despacho conjunto dos Ministros da Saúde, Adjunto do Primeiro-Ministro e daquele de quem dependa o subsistema.

O despacho conjunto n.º 261-A/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Março de 1999, dos Ministros da Saúde e Adjunto do Primeiro-Ministro, fixou os requisitos a observar no estabelecimento das convenções entre o Estado, através do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos.

A Assistência na Doença aos Militares da Guarda Nacional Republicana e Agentes da Polícia de Segurança Pública tem por finalidade promover e garantir a assistência médica e medicamentosa aos seus beneficiários.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março, determina-se:

1 — O presente despacho conjunto visa regular as condições a observar pela Assistência na Doença aos Militares da Guarda Nacional Republicana e Agentes da Polícia de Segurança Pública na satisfação das suas obrigações relativas ao pagamento ao Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) dos encargos por este assumidos no tratamento de toxicodependentes seus beneficiários em unidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos, que actuam na área da toxicodependência, convencionadas com o SPTT, definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março.

2 — A Assistência na Doença aos Militares da Guarda Nacional Republicana e Agentes da Polícia de Segurança Pública abrange os subsistemas de saúde designados por ADMG e SAD/PSP.

3 — Nos termos regulados pelo despacho conjunto n.º 261-A/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Março de 1999, dos Ministros da Saúde e Adjunto do Primeiro-Ministro, os beneficiários da ADMG e SAD/PSP têm acesso ao tratamento nos serviços do SPTT ou nas instituições privadas de saúde convencionadas com o SPTT, nos seguintes termos:

a) A admissão dos beneficiários da ADMG e da SAD/PSP, processada directamente pelos serviços do SPTT ou pelas ins-

tuições privadas de saúde convencionadas, obedece às normas definidas pelo despacho conjunto n.º 261-A/99;

b) Os beneficiários da ADMG e da SAD/PSP que se dirijam a estas são encaminhados para a instituição privada de saúde convencionada, que procederá conforme as regras estabelecidas no mesmo despacho conjunto;

c) Após a sua admissão pela instituição, o acompanhamento do tratamento dos toxicodependentes beneficiários da ADMG e SAD/PSP, em qualquer fase de intervenção do programa, é da responsabilidade dos serviços respectivos do SPTT.

4 — O SPTT assume o pagamento às instituições privadas de saúde convencionadas pelos serviços de saúde prestados destinados ao tratamento de toxicodependentes beneficiários da ADMG e SAD/PSP, nas condições e regras definidas pelo despacho conjunto n.º 261-A/99.

5 — A ADMG e a SAD/PSP garantirão o pagamento ao SPTT das despesas por este suportadas com o tratamento dos seus beneficiários, quando o doente seja identificado como tal.

6 — Os beneficiários da ADMG e da SAD/PSP podem ocupar o número de camas ou lugares, consoante o tipo de unidade privada de saúde, para além do número convencionado com o SPTT, desde que as condições e regras de comparticipação sejam as mesmas do regime convencionado.

7 — Para efeitos de aplicação do presente despacho conjunto, o SPTT, a ADMG e a SAD/PSP celebrarão acordos de cooperação, onde se definirão os procedimentos de execução, por forma a permitir uma melhoria da prestação de cuidados de saúde, bem como garantir a equidade de acesso a tratamentos por parte dos toxicodependentes beneficiários dos vários subsistemas de saúde.

8 — A ADMG, a SAD/PSP e o SPTT prestarão, reciprocamente, toda a colaboração, nomeadamente informações e esclarecimentos relativamente à prestação de cuidados de saúde dos doentes beneficiários, sem prejuízo do sigilo médico.

18 de Outubro de 1999. — O Ministro da Administração Interna, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*. — O Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 978/99. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e ao abrigo do despacho de subdelegação de competências n.º 19 871/98 (2.ª série), do Secretário de Estado do Ensino Superior, de 22 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 13 de Novembro de 1998, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de motorista de ligeiros do grupo de pessoal auxiliar do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa constante do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

25 de Outubro de 1999. — O Presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, *João de Freitas Ferreira de Almeida*. — O Director-Geral da Administração Pública, *Júlio G. Casanova Nabais*.

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de motorista de ligeiros do grupo de pessoal auxiliar do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

1 — Noções gerais de organização do Estado — órgãos de soberania.

2 — Conservação de viaturas — cuidados periódicos e diários.

3 — Código da Estrada.

4 — Acidentes e providências a tomar.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINI- ISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS, DO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA.

Despacho conjunto n.º 979/99. — Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 17 de Junho, foi aprovado o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), que tem